



Centro Universitário de Brasília – CEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

João Alexandre Afonso Coser

PROGRAMA NEOLIBERAL: IMPACTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Brasília 2023

João Alexandre Afonso Coser

PROGRAMA NEOLIBERAL: IMPACTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Prof. Dr. Frederico Seixas.

Brasília

2023

João Alexandre Afonso Coser

PROGRAMA NEOLIBERAL: IMPACTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Artigo apresentado à Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais para
obtenção do grau de bacharel em
Relações Internacionais.

Brasília, de Junho de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dr. Frederico Seixas

Orientador

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle

Examinador

**PROGRAMA NEOLIBERAL: IMPACTOS EM POLÍTICAS
PÚBLICAS NO BRASIL***
**NEOLIBERAL PROGRAM: EFFECT IN PUBLICS POLITICS IN
BRAZIL**

João Alexandre Afonso Coser**

Resumo: Este estudo busca compreender a privatização do acesso à energia elétrica no contexto do avanço de políticas neoliberais no Brasil, dos anos 90 aos dias atuais. Faz-se aqui uma comparação do poder de compra, problemas sociais para o alcance de políticas de energia e o fator neoliberalismo correlacionado ao preceito de causa e dificuldades para implementação do acesso à energia limpa e eficaz. Desse modo, leva-se em conta as grandes revoltas no Brasil e na América Latina ocorridas entre 2013 e 2022, razões que explicam a perda de confiabilidade social sobre as instituições democráticas, que vem causando uma crise de representatividade política muito forte nos países sul americanos e causando contundentes possíveis impactos nos direitos básicos por meio decorrente de privatizações. Tendo o objetivo de analisar a crise constante da democracia neoliberal.

Palavras-chave: democracia; neoliberalismo; América Latina; Brasil; privatização.

Abstract: This study seeks to understand the privatization of access to electricity within Brazil and the advancement of neoliberal policies, from the 90s to the present day. A comparison is made here of purchasing power, social problems for achieving energy policies and the neoliberalism factor correlated to the precept of cause and difficulties in implementing access to clean and efficient energy. In this way, the major revolts in Brazil and Latin America that occurred between 2013 and 2022 are taken into account, reasons that explain the loss of social trust in democratic institutions, which has been causing a very strong crisis of political representation in South American countries. and causing strong possible impacts on basic rights through privatizations. Aiming to analyze the constant crisis of neoliberal democracy..

Keywords: Democracy; neoliberalism; Latin America; Brazil; privatization

*Artigo apresentado como requisito para a conclusão do curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade e Centro de Ensino de Brasília – CEUB. 2023. Orientador: Prof. Frederico Seixas.

**Acadêmico do curso Relações Internacionais da Universidade e Centro de Ensino de Brasília – UNICEUB.
E-mail: joaoalexandrecoser@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A temática a ser observada aqui, sobre o programa neoliberal em termos de políticas públicas, surge do questionamento sobre como ele se desenvolveu ao longo de seu levantar até os dias atuais no dia a dia das pessoas. Interpelou-se assim também, a necessidade de jurisdições para assegurar o acesso a energia elétrica como um direito fundamental, o qual nos dias de hoje, apesar do de avanços nos debates sobre políticas públicas e legislação, ainda não é consistentemente reconhecido. Assim, indaga-se aqui, em que medida a privatização do setor elétrico brasileiro, parte das demandas centrais do programa neoliberal, possibilitou ou não a realização do direito ao acesso à energia elétrica no Brasil, tal como preconizado também pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Após 2013, tivemos grandes movimentos populares na América Latina de países que viviam uma tendência de esquerda em sua maioria política, chamada “onda rosa”. Assim, dado início a protestos no Brasil, conhecidos inicialmente como Jornadas de Junho de 2013, o qual culminou em uma grande crise política e no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Desencadeada com revoltas na cidade de São Paulo ao movimento iniciado após o aumento de vinte centavos da passagem de ônibus, iniciando ondas populistas de insatisfação ao governo petista; que, mais tarde daria início a novela do sistema Lava Jato, onde apresentavam, esquemas de corrupção dentre uma rede a qual chega a mais também em vizinhos do Brasil (KERCHE, 2022, p. 9). Assim, na Argentina, por exemplo, com a queda de Kirshner do poder. A seguir, por protestos na Bolívia em 2019 após a reeleição de Evo Morales, e “tomada” de poder por Janina. Não tão distante, os protestos e crise no Chile, após o aumento dos valores das passagens do transporte metroviário; um país exemplo por ter sido o primeiro país do mundo a experimentar o neoliberalismo como incubadora dos Chicago Boys em 1980 (PINTO, 2022). Expõem-se assim, a fragilidade de Estados em desenvolvimento, como o Chile o qual deixou pecar aos direitos mínimos a sua população; que leva a eleger seu primeiro presidente mais à esquerda política após mais de 25 anos de revolução neoliberal; ao ponto que tudo se fomenta pela busca genuína da democracia em discussão com o capitalismo, dando voz a todas as populações e adversidades vividas em respectivos países. A prosseguir como justificativa de falha do sistema então implementado do neoliberalismo. O escritor e ativista Noam Chomsky (2017), por exemplo, argumenta que

o neoliberalismo é uma forma de "reduzir a democracia ao mercado", favorecendo os interesses das elites econômicas em detrimento da maioria da população. Assim, Chomsky (2017) argumenta que as políticas neoliberais, que enfatizam a liberalização econômica, a desregulamentação e a redução do papel do Estado na economia, podem ter efeitos negativos na democracia política.

Os críticos afirmam que, ao colocar uma ênfase excessiva na lógica de mercado e no individualismo econômico, o neoliberalismo pode minar os princípios democráticos. Eles argumentam que as políticas neoliberais tendem a concentrar o poder econômico nas mãos de poucos, aumentando a desigualdade social e enfraquecendo a participação e a influência dos cidadãos comuns no processo político.

Além disso, alguns críticos afirmam que as políticas neoliberais, ao promoverem a privatização de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, podem restringir o acesso a esses serviços com base na capacidade de pagamento, o que pode agravar ainda mais as desigualdades sociais e limitar o acesso igualitário aos direitos básicos, como revisto no Chile em 2019 (KERCHE, 2022).

No entanto, vemos assim, a luta pela consolidação da cultura democrática dentro da América Latina, que em seu campo político expõe a fragilidade das instituições para assegurar a democracia em seus territórios. Expondo o fato, de que, os países do sul do continente, mostram-se frágeis a tão recentes transformações, abruptas, que chegou juntamente ao reformulado sistema econômico capitalista pós Guerra Fria, (JAGUARIBE, 2006) deixando-se assim, uma lacuna em temas como a energia elétrica ou acesso a água potável, como indicado através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 e 7, sobre água potável e saneamento e energia limpa e acessível, contando com a média de 99,8% da população brasileira com acesso (IBGE) a energia, nem sempre, com qualidade e paridade comparado a centros dentro do país. Por fim, há o andamento de se instaurar e consolidar como direito no Brasil, o acesso energético como direito fundamental em sua constituição.

Como método de procedimento utilizou-se da pesquisa bibliográfica, para o fim de angariar fundamentos para o que se pretende enfrentar e análise quantitativa de dados, ao passo em que se buscou aproximar a realidade fática, bem como analisar qual o panorama atual sobre o tema e fundamentos que dirigem a críticas e premissas, que refletem a disposição sobre a privatização da energia elétrica no Brasil e seu desfecho.

1. NEOLIBERALISMO E A ORDEM INTERNACIONAL

No Estado atual, a democracia vem sendo um principal pressuposto de regimento político, deixando assim a representatividade direta a uma pessoa de cunho público, onde este após votação ganhar pela maioria votante. O que vem ocorrendo ultimamente é que, as formalidades eleitorais, instituinte da representação política, se demonstram insuficientes para atender as demandas da sociedade, contribuindo para eclosão dos protestos populares (MAIA, 2019). Vimos assim, em 2019 a América Latina, junto aos poderes populares de voz, eclodirem diretamente perante manchetes de jornais do mundo inteiro como citado por Forgerini (2020), apresentando novamente as suas forças nas ruas com os protestos ocorridos no Chile e na Bolívia. Um sinal de debate ocorrido desde 2013 no Brasil, em frente a eleição de Dilma Rousseff e momentos depois com sua reeleição. As causas dos distintos países e suas populações para protestos, levaram a quase o mesmo motivo, aumento na tarifa de passagens de ônibus (PINTO, 2022). Desde então, o pêndulo entre políticos latinos se iniciou a um indício de levantamento da direita extremista, a qual passou a se expor ainda mais perante as mídias, redes sociais e ruas. A importância assim, de se pesquisar e se aprofundar das causas destes feitos, vem sendo uma grande preocupação, principalmente ao ponto de implantação e levantamento das vozes de extrema direita, que se repercutiram dentro da mídia após 2015, como é levantado pela tese da Mariana de Souza sobre os discursos de ódio que se levantaram neste período (SCHEIDT, 2020). É de extrema importância relacionar as referências bibliográficas deste projeto, o foco histórico e o decorrer do neoliberalismo na América Latina. Ao trazer memória dos primórdios na década de trinta com a grande crise, início de "incubadora" em oitenta ao projeto neoliberal e a grande força que pensa ser seu fim em 2008 com uma recessão mundial, que por final avaliativos, apenas demonstrou mais forças a tais políticas dentro da sociedade (ANDRADE, 2019).

1.1 Início do Liberalismo

Para Rousseau o agir do ser humano é benevolente e por amor ao próximo mas da maioria das vezes, agimos por amor próprio, visando atender nossos próprios interesses, diferente de Adam Smith que pensava disso ser algo bom, dentre a barganha, dinheiro e o surgimento da fábrica, causando a auto-suficiência dos indivíduos, não precisando produzir tudo para si, mas, tendo a especialização de produzir algo, enquanto outro se especializa em diferentes coisas, o que leva ao poder de serem trocados, assim, determinados serviços perante ao que se precisa, dando o simbolismo do dinheiro para fazer a troca em bens ou serviços. O dinheiro representa assim, um meio de troca de valor, onde todo e qualquer

indivíduo possa realizar trocas e fazer negociações, dado segundo Smith (1993), apenas aquele o qual não trabalha, dependerá da doação.

Para Smith (1993), a fábrica se torna o extraordinário do tempo, com seu breve exemplo do alfinete, onde apenas uma pessoa produzia 20 alfinetes ao dia, em uma fábrica com vinte trabalhadores, o aumento exponencial seria de 400 alfinetes ao dia. Sua visão mostrava que todos iriam se beneficiar do sistema, podendo a todos, beneficiar-se do sistema em suas condições de Riqueza Universal.

A liberdade de Smith (1993) prioriza a busca de vida e de seus interesses de cada cidadão, onde cada qual, segundo seu trabalho e liberdade, tem o direito de crescer e se tornar aquilo que almejam dentro da sociedade ou mudar suas condições sociais e financeiras. Assim, critica-se o Estado Absolutista, onde em sua defesa, somente uma sociedade com um mercado livre é capaz de criar uma Riqueza Universal, onde o próprio mercado é capacitado de se auto regular com sua lei de oferta e demanda, regula-se melhor em que uma sociedade com o governo regulador de mercado, dado seu papel direto a defesa e justiça criminal. Tendo em vista sua visão de mercado livre, criticou a interferência do Estado dentro do mercado com subsídios e incentivos.

1.2 Início do Neoliberalismo

A origem histórica do neoliberalismo remonta às décadas de 1930 e 1940, quando um grupo de economistas, intelectuais e políticos começou a desenvolver uma nova abordagem econômica e política em resposta aos desafios do período pós-Segunda Guerra Mundial (LESHEN, 2016). Embora tenha havido influências anteriores, o neoliberalismo como um conjunto de ideias e políticas específicas começou a ganhar forma nesse período. Os fundamentos do neoliberalismo foram estabelecidos por economistas como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman (1985), entre outros. Esses pensadores acreditavam que o livre mercado e a redução da intervenção estatal na economia eram essenciais para promover o crescimento econômico, a eficiência e a liberdade individual. Eles se opunham às políticas intervencionistas do Estado de bem-estar social, que estavam se desenvolvendo em muitos países ocidentais na época.

Um dos primeiros marcos significativos para o neoliberalismo foi a publicação, em 1944, do livro "O Caminho da Servidão", de Friedrich Hayek. Nesta obra, Hayek argumentou contra o planejamento centralizado da economia e defendeu a ideia de que o livre mercado

era o melhor mecanismo para coordenar as atividades econômicas e garantir a liberdade individual.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o neoliberalismo começou a se tornar mais influente nas políticas econômicas de vários países. O governo liderado por Margaret Thatcher no Reino Unido e o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos implementaram uma série de reformas que buscavam reduzir o papel do Estado na economia, promover a desregulamentação e privatização de empresas estatais, além de implementar políticas de livre comércio (HARVEY, 2005).

A ascensão do neoliberalismo também foi impulsionada pela crise econômica da década de 1970, quando muitos países ocidentais enfrentaram altas taxas de inflação e baixo crescimento econômico. Os defensores do neoliberalismo argumentaram que as políticas intervencionistas do Estado estavam contribuindo para esses problemas e que a liberalização econômica era necessária para restaurar a prosperidade. Essa ideologia foi e tem sido amplamente discutida em todo o mundo, tanto por seus defensores como por seus oponentes. Uma das principais referências sobre o neoliberalismo é o economista americano Milton Friedman, um dos principais expoentes dessa ideologia. Ele defendia a redução do papel do Estado na economia, a liberdade de mercado e a livre iniciativa como forma de estimular o crescimento econômico (FRIEDMAN, 1985). Outro autor que contribuiu significativamente para a discussão sobre o neoliberalismo foi o filósofo francês Foucault (1977). Em seu livro "O Nascimento da Biopolítica", ele analisa a forma como o neoliberalismo se manifestou na política, na economia e na sociedade, enfatizando a importância da governança por meio da gestão dos riscos e da busca pelo autocontrole.

Na América Latina, o neoliberalismo teve um impacto significativo na década de 1990, principalmente em países como Chile, Argentina e Brasil assim como aqui analisado. A implementação de políticas neoliberais, como a privatização de empresas estatais, a liberalização do comércio e a redução do papel do Estado, teve um impacto significativo na economia desses países e na vida de seus cidadãos, trazendo a tona a precariedade de suporte financeiro destas populações de realizar o pagamento destas contas após seu exime público tornando empresas privadas. No entanto, o neoliberalismo também tem sido criticado por muitos estudiosos, ativistas e políticos. Assim, nota-se que o neoliberalismo é uma ideologia complexa que tem sido objeto de muitas discussões, críticas e defesas ao longo das últimas décadas. Suas principais referências incluem autores como Milton Friedman e Michel Foucault, e sua implementação tem tido um impacto significativo em diferentes partes do mundo, especialmente na América Latina.

Conforme aos termos econômicos, desde o fim da 2ª Guerra, em 1945, o liberalismo se impôs, com a redução do papel do Estado na economia e custos inevitáveis em que os ajustes sociais causam (RUGGIE, 2020) e a força do livre-comércio e com a criação do FMI, do Banco Mundial e do Gatt (depois Organização Mundial do Comércio – OMC). A globalização, que aproximou países, empresas e pessoas, possibilitou a proliferação de acordos comerciais e o estabelecimento de cadeias produtivas baseadas na eficiência. O fim da URSS, em 1991, com a nova ordem baseada numa única superpotência, a entrada da China na OMC, em 2001, e a realocação das cadeias produtivas para a China confirmaram a ordem neoliberal. Essas políticas foram implementadas por governos de diferentes orientações políticas, e muitas vezes foram incentivadas por instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A ordem neoliberal pode ser vista como o resultado dessa ampla adoção de políticas neoliberais e a aceitação de suas premissas fundamentais pela maioria dos atores políticos e econômicos. Isso inclui a crença na eficiência dos mercados, a valorização da liberdade individual e a redução do papel do Estado na economia, assim, o neoliberalismo reconhece a importância do Estado na medida em que garante a propriedade privada.

2. O ESGOTAMENTO DO NEOLIBERALISMO PERANTE A BUSCA DAS ODS NO BRASIL

A história do neoliberalismo no Brasil remonta à década de 1990, durante um período marcado por mudanças econômicas e políticas significativas no país. No Brasil, o processo de implementação do neoliberalismo teve início no pós ditadura militar (1964-1985), quando o governo adotou políticas de abertura econômica e liberalização comercial, com a redução das barreiras tarifárias e a busca de integração com a economia global, visto as necessidades de regular a inflação e a indústria defasada perante a tecnologia já implantada em outros países ocidentais. Sendo assim, foi na década de 1990 que o neoliberalismo ganhou maior força no Brasil. Em 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do país e implementou uma série de medidas neoliberais, a elite econômica e empresarial depositou sobre Collor sua segurança para a execução de projetos de liberalização econômica e, designado presidente, colocou em funcionamento a máquina estatal a favor desse objetivo já debatido em Washington em busca de um consenso.

O Consenso de Washington foi um conjunto de políticas econômicas e reformas recomendadas para países em desenvolvimento, formulado por economistas e especialistas

internacionais, que se reuniram no think tank, Instituto Internacional para Economia, em Washington D.C., em 1989. Essas recomendações foram feitas como resposta às crises econômicas e à necessidade de estabilização econômica e crescimento sustentável. O Consenso de Washington foi influenciado por ideias neoliberais e defendia uma série de medidas para promover o desenvolvimento econômico, incluindo: a disciplina fiscal com a regulação e controle da inflação, liberalização econômica com a abertura comercial e liberalização do fluxo de capitais, privatizações com a venda de empresas estatais para a iniciativa privada, buscando maior eficiência e produtividade e etc.

Durante esse período, de 1990, o país passou por um processo de abertura econômica e implementação de reformas que refletiram os princípios do Consenso de Washington. O governo brasileiro adotou uma série de medidas neoliberais alinhadas com o Consenso de Washington. O presidente Fernando Collor de Mello implementou políticas de estabilização econômica, que buscavam controlar a inflação e promover a abertura econômica do país. Essas políticas incluíram a abertura comercial, a redução de barreiras tarifárias, a liberalização financeira e a privatização de empresas estatais. No governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso, prosseguiu-se o processo de implementação do Consenso de Washington no país. Foram realizadas privatizações em diversos setores, como telecomunicações, energia e mineração. Além disso, foram adotadas medidas de reforma fiscal, controle da inflação, abertura financeira e liberalização comercial.

Alguns argumentam que essas políticas resultaram em aumento da desigualdade social, concentração de renda, desindustrialização e vulnerabilidade da economia às crises externas. A abertura econômica, deu-se pelas privatizações de empresas estatais, desregulamentação de setores econômicos e a implantação de um programa de estabilização econômica conhecido como Plano Collor I (PAULANI, 2006). Assim, a extinção de vinte e quatro empresas públicas, entre elas Portobrás, Siderbrás, Embrafilme, Instituto Brasileiro do Café e o Departamento de Obras e Rodagem. Deu-se início ao processo de privatizações e demissões, liberação da taxa de câmbio e eliminação de incentivos fiscais.

No entanto, o governo Collor enfrentou inúmeras críticas e polêmicas, incluindo acusações de corrupção e que, algumas medidas, como a liberação do comércio exterior, contrariaram empresários nacionais; que se viram ameaçados pela concorrência externa e, além da troca de moeda, do confisco de ativos financeiros e do congelamento de preços que não agradaram a uma boa parcela da classe média brasileira. O que levou ao seu impeachment em 1992. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, que adotou medidas de ajuste fiscal e estabilização da economia, dando continuidade às políticas

neoliberais (SOARES CAMPOS, 2020). Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que o neoliberalismo atingiu seu ápice no Brasil. Cardoso implementou um conjunto abrangente de reformas econômicas, incluindo a abertura financeira, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos setores de telecomunicações e energia, além de uma série de medidas de ajuste fiscal. Assim, apesar das reformas neoliberais terem contribuído para a estabilização da economia e a redução da inflação, elas também geraram impactos sociais significativos. A desigualdade aumentou, houve o agravamento da pobreza e uma série de problemas sociais se intensificaram (JAGUARIBE, 2006).

Assim, este processo de privatização do setor de energia no Brasil, durante o plano Collor I, já aqui citado, em busca de incorporar inovações técnicas e organizacionais para se tornar mais eficiente e competitivo (SCOPINHO, 2002). Assim, a política foi embasada pela necessidade de aprimorar a qualidade e de reduzir os custos de produção, para tornar as empresas ainda não privatizadas mais atraentes aos olhos dos investidores. As empresas já privatizadas intensificaram o ritmo das mudanças, esforçando-se para tornarem-se ainda mais aptas às novas políticas neoliberais. O processo de privatização fazia parte deste arcabouço adotado na época, visando à abertura econômica e à redução do papel do Estado na economia (FILGUEIRAS, 2006). Em 1995, durante o governo de FHC, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), que tinha como objetivo principal promover a venda de empresas estatais, incluindo as do setor elétrico. O PND definiu um cronograma para a privatização das empresas e estabeleceu as diretrizes para a abertura do setor elétrico brasileiro à iniciativa privada. O marco mais significativo nesse processo foi a Lei 8.987/1995, conhecida como Lei das Concessões, que estabeleceu as bases para a privatização das empresas do setor elétrico (BRASIL, 1995). Essa lei estabeleceu que a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica passariam a ser executadas, em sua maioria, por empresas privadas, por meio de concessões.

A privatização da geração e distribuição de energia ocorreu principalmente por meio de leilões, nos quais empresas privadas disputavam a aquisição das usinas e distribuidoras. Também foram concedidas a empresas privadas por meio de licitações. Essas privatizações foram realizadas por meio de diferentes modalidades, como venda de ações, arrendamentos, vendas diretas, entre outras. Como resultado desse processo, houve o incentivo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de empresas privadas no setor elétrico brasileiro. O Estado passou a atuar como regulador e fiscalizador, fazendo a extinção do Ministério de Minas e Energia (MME), que passou a ser Ministério da Infra Estrutura (Minfra) e mais tarde com Itamar Franco, desvinculou-se e voltou, agora como dois

ministérios diferentes. A cronologia levada por meio de leis, segue-se a Lei n.º 8.631 (BRASIL, 1993) a qual suprime o regime de remuneração garantida e a equalização tarifária, permitindo ainda uma conciliação de débitos e créditos intra-setoriais e do setor com a União, com o objetivo de estancar a inadimplência das empresas de energia elétrica. Entrada em operação da usina de Xingó (SE/AL), a qual foi o último grande empreendimento hidrelétrico da Chesf no rio São Francisco (1994). Em sequência, o presidente FHC sanciona a Lei n.º 8.987 (BRASIL, 1995) que estabeleceu o regime de concorrência na prestação dos serviços públicos, condicionando a outorga de concessões a licitações e a Lei n.º 9.074 (BRASIL, 1995), que definiu as regras específicas para a concessão de serviços de eletricidade, introduzindo a figura do Produtor Independente de Energia (PIE) e o princípio do livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, além de liberar os grandes consumidores do monopólio comercial das concessionárias (BRANDI, 2022). Assim, a privatização da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) que inaugurou o processo de desestatização das concessionárias de energia elétrica do país em sequência à privatização da Light Serviços de Eletricidade e da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) em 1996. No mesmo ano, houve a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como órgão regulador e fiscalizador das atividades de energia elétrica no país, na condição de autarquia sob regime especial vinculada ao MME. Início dos estudos do Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB), ainda em 1996, coordenado pela Secretaria Nacional de Energia do MME com o apoio de consultores do consórcio liderado pela empresa inglesa Coopers & Lybrand.

A partir de 2003, o Brasil passou por mudanças políticas e econômicas com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, com Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente com Dilma Rousseff. Embora esses governos tenham mantido políticas neoliberais, como a continuidade do controle da inflação e do equilíbrio fiscal, eles também adotaram medidas voltadas para o desenvolvimento social, como a expansão de programas de transferência de renda e políticas de inclusão social. No entanto, não parou o processo de privatização dentro do país, mudando apenas assim, seu foco a ser realizado e mudado, como veremos nas próximas seções deste trabalho. Assim, o Brasil segue vivenciado uma série de mudanças políticas e econômicas, com diferentes governos adotando medidas que flutuam entre o neoliberalismo e o intervencionismo estatal. O debate sobre o modelo econômico mais adequado para o país continua em curso, com diferentes visões e perspectivas em jogo.

Assim, a busca pelo neoliberalismo e sua instauração dentro do Brasil, vem de muito tempo, para realizar suas manobras econômicas e políticas, tanto nacionais quanto

internacionais, na maneira que se atinge o sistema e se tenta formar bases em um país de considerações subdesenvolvidas. O pesar do social também faz parte do neoliberalismo, o qual não nega sua necessidade, mas sim, sua gradual descontinuação para redução de gastos estatais. O caso do Brasil e a influência americana do consenso de Washington e dos Chicago Boys resiste até os dias atuais.

2.1. Os ODS dentro do Brasil e seu cumprimento

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda global com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todos os países. O Brasil é um dos países signatários dos ODS e tem realizado esforços para implementar essa agenda em nível nacional. No Brasil, os objetivos são integrados em políticas públicas e programas governamentais que visam abordar os desafios relacionados à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente, ao acesso à educação, à saúde, à igualdade de gênero, ao combate às desigualdades, ao crescimento econômico inclusivo, entre outros temas. O governo brasileiro tem desenvolvido diversas iniciativas para avançar nos ODS. Alguns exemplos incluem:

1. Programa Bolsa Família: Contribui para o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), fornecendo apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social.
2. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): Contribui para o ODS 4 (Educação de Qualidade), oferecendo cursos profissionalizantes e técnicos para ampliar o acesso à educação e melhorar a qualificação profissional.
3. Programa Água Para Todos: Contribui para o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), visando a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico.
4. Programa Mais Médicos: Contribui para o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), proporcionando assistência médica em áreas remotas e desfavorecidas.
5. Plano Nacional sobre Mudança do Clima: Contribui para o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), estabelecendo metas e políticas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover a adaptação.
6. Luz para Todos, Contribui para o ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), buscando promover o acesso de energia para todos e de maneira limpa e sustentável, com preços acessíveis ao serviço de energia.

Além disso, a sociedade civil e o setor privado também desempenham um papel importante na implementação dos ODS no Brasil. Organizações não governamentais, empresas e outros atores trabalham em parceria com o governo para promover ações e projetos alinhados com os ODS. No entanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados na implementação integral dos ODS no Brasil, especialmente em relação à desigualdade social, pobreza, acesso a serviços básicos e preservação ambiental.

O progresso em relação aos ODS varia de acordo com cada objetivo e também entre diferentes regiões do país. Dentro da agenda dos ODS, a energia elétrica é abordada principalmente pelo ODS 7: Energia Limpa e Acessível. O objetivo central do ODS 7 é "assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos". O ODS 7 inclui várias metas relacionadas à energia elétrica, incluindo:

1. Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global: Essa meta visa promover o uso de fontes de energia limpa, como solar, eólica, hidrelétrica, biomassa e outras fontes renováveis na produção de energia elétrica.
2. Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética: A meta busca incentivar a utilização mais eficiente da energia elétrica, reduzindo o desperdício e promovendo o uso de tecnologias mais eficientes em termos energéticos.
3. Aumentar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa: Essa meta busca promover a cooperação entre países para compartilhar conhecimentos, tecnologias e boas práticas relacionadas à produção e uso de energia elétrica limpa.
4. Expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos: Essa meta visa garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços de eletricidade confiáveis, seguros e sustentáveis, promovendo investimentos em infraestrutura elétrica e tecnologias avançadas.

Essas metas têm como objetivo promover a transição para uma matriz energética mais sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e mitigando os impactos ambientais negativos associados à geração de energia elétrica, além de preservar o acesso a todos. É importante ressaltar que a implementação do ODS 7 envolve uma abordagem abrangente e integrada, que inclui políticas públicas, investimentos em infraestrutura, desenvolvimento de tecnologias limpas, engajamento do setor privado e parcerias internacionais. O progresso em relação ao ODS 7 é monitorado e avaliado regularmente pelos países membros da ONU para acompanhar o avanço em direção às metas estabelecidas.

Assim, o sistema neoliberal e os ODS, competem por um espaço no cenário internacional de visão do Estado e social. Deixando a desejar com uma forma diferente de se estabelecer as metas e cumpri-las, de forma que, por supor a maior importância da economia e não totalizando o cumprimento do que o Brasil e outros países assinaram e se dispuseram a cumprir com os ODS. Sendo assim, Kumi (2013) indica, após análise, a mudança na forma de se implementar os Objetivos sustentáveis reconhecendo a interdependência entre o social e o econômico (KUMI, 2013).

Por fim, vale ressaltar que o Brasil é um país que busca dentro de suas forças atingir todas as metas estabelecidas até 2030. A pesquisa reflete pontos dentro da própria constituição em que o Estado prezou por buscar a realização e o cumprimento destes objetivos.

3. A REGULAMENTAÇÃO E O DIREITO A LUZ NO BRASIL

Em 2017, o Senador Telmário Mota de Roraima apresentou a Proposta de Emenda Constitucional 44/2017 (PEC 44/2017) para, enfim, categorizar o acesso à energia elétrica como direito social. Segundo ele, o acesso à energia elétrica é de fundamental importância para “garantir a dignidade humana”, pois possibilita o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem de fontes elétricas. “Quando a gente torna [o acesso à energia elétrica] um direito social previsto na Constituição, assim como a educação, saúde, transporte, segurança, previdência etc., isso passa a ser uma obrigação e não um programa do governo ‘A’ ou um programa do governo ‘B’”, declarou Telmário na época.

Os chamados direitos sociais referem-se à qualidade de vida dos indivíduos e devem ser garantidos pelo Estado. O artigo 6º da Constituição de 1988 define uma série de direitos sociais, sendo eles: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A PEC da energia elétrica está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o relator é o Senador Zequinha Marinho do Pará, escolhido em 2019. O assunto está pronto para ser discutido na CCJ, desde outubro do mesmo ano, estando parado até hoje na comissão. Com a paralisia das discussões no Senado, a negligência no setor elétrico ainda não é constitucionalmente vista como violação de direitos sociais. Segundo a Constituição Federal:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o acesso à energia elétrica, mediante pagamento de preço justo pelo consumo, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988)

Assim, encontra-se a inconsistência entre políticas públicas e a efetividade da privatização, sendo posto, como um dos principais motivos o *lobby* que ocorre dentro das instituições regulamentadoras do Brasil (PODER 360, 2023). Ao prosseguir, leva-se em conta, a preocupação das empresas privadas aos valores e custos da produção de energia até sua entrega.

O Brasil, está na trigésima posição no levantamento do Conselho Mundial de Energia, que avaliou a sustentabilidade, segurança energética e equidade e, na sexta posição de energia mais cara do mundo (Fiesc). O país conquistou o conceito A em sustentabilidade, B em segurança e C em equidade (FGV). O crescimento anual no consumo de energia é de 4% ano, dando a importância para o aprimoramento do setor.

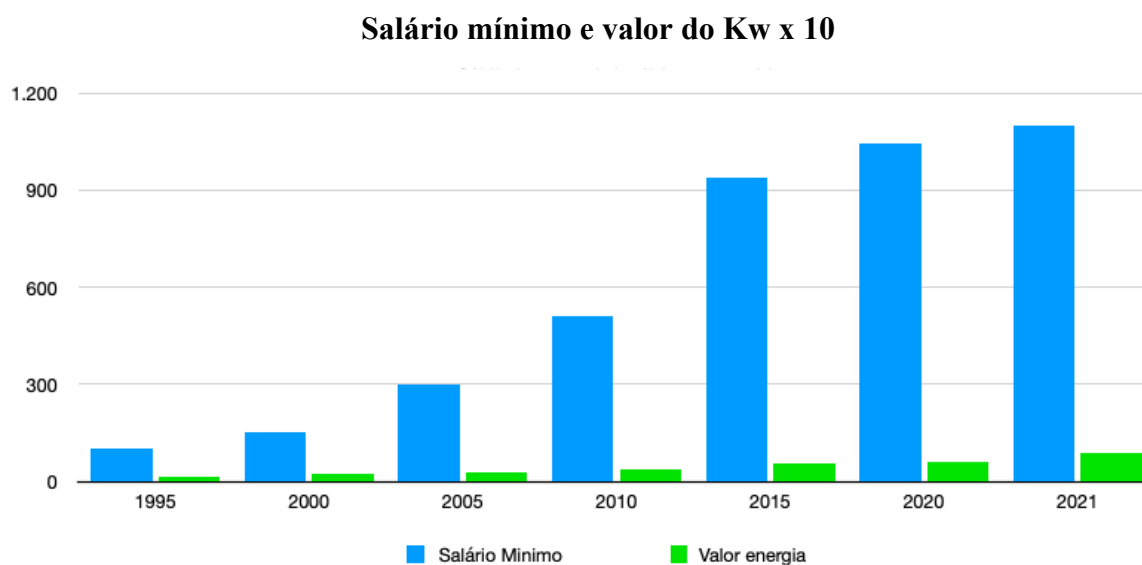
O programa "Luz para Todos" foi criado durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa tinha como objetivo levar energia elétrica para áreas rurais e comunidades isoladas que não tinham acesso a esse serviço básico. O programa "Luz para Todos" foi lançado em 2003 como parte de uma política de inclusão social e desenvolvimento rural. Ele buscava reduzir a desigualdade e promover o acesso à eletricidade para populações que viviam sem esse recurso essencial. O programa foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia em parceria com concessionárias de energia e outros órgãos governamentais. Durante a execução do programa, foram realizadas a instalação de redes de distribuição de energia elétrica, a construção de sistemas de geração de energia, como usinas hidrelétricas e painéis solares, e a disponibilização de ligações individuais para as residências das comunidades beneficiadas.

O "Luz para Todos" teve um impacto significativo, levando energia elétrica para milhares de comunidades rurais em todo o país. Isso proporcionou melhorias nas condições de vida das pessoas, facilitando o acesso a serviços básicos, como iluminação, refrigeração de alimentos, utilização de eletrodomésticos e ações cotidianas que dependem da eletricidade. É importante ressaltar que o programa "Luz para Todos" teve continuidade em governos posteriores ao de Lula, sendo considerado um exemplo de política pública bem-sucedida no Brasil. Vale ressaltar que o programa não se limitou apenas à expansão da rede elétrica, mas também envolveu a implementação de ações educativas e de conscientização sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica, bem como programas de capacitação técnica e profissional para as comunidades beneficiadas.

4. COMPARATIVIDADE DE PRIVATIZAÇÕES DO SETOR ELÉTRICO E SEU ALCANCE REAL

Os valores por quilowatt-hora (kWh) da energia elétrica no Brasil variam ao longo do tempo e são influenciados por diferentes fatores, como tarifas, custos de geração, distribuição, encargos setoriais, entre outros. É importante destacar que os valores podem variar de acordo com a região e a classe de consumo (residencial, comercial, industrial, etc.). Assim, realizando uma comparativa entre o valor de 10 Kw e o valor do salário mínimo demonstra a importância de se estabelecer os dois valores como referência para análise de suas efetividades e poder de compra da população. Abaixo estão alguns exemplos de valores médios da energia elétrica no Brasil desde 1995 a 2021 e de 10Kw, verificados atualmente:

Gráfico 1:



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ANEEL/2021.

Mediante pesquisas sobre o consumo médio do Brasil, observou-se que o consumo médio de energia elétrica nas residências brasileiras foi de 152,2 kWh/mês, mas há grande variação no país. A região Sul apresentou o maior consumo residencial entre as regiões geográficas brasileiras atingindo o valor de 273,1 kWh/mês no verão e 261,3 kWh/mês no inverno. O gasto a iluminação demonstra que, seis lâmpadas incandescentes (100 Watts de potência), ligadas 12 horas por dia, gastam 216 kWh por mês, o que equivale a R\$79,43 mensais e R\$2,65 por dia, seis lâmpadas fluorescentes (32 Watts de potência), ligadas 12

horas por dia, gastam 69,12,kWh por mês, o que equivale a R\$ 25,42 mensais e R\$ 0,85 por dia. (ANEEL, 2021).

Os valores propostos da média nacional, quando correlacionados ao valor do salário mínimo, leva-se em conta o uso apenas do gasto para iluminação, podem chegar a 7% de gastos mensais, apenas com iluminação nos dias atuais, contra 11,30% em 1995 em relação ao salário mínimo. Mediante a um olhar amplo, incluso uso de apenas um dos itens: refrigerador, televisor, aparelho de som, lava roupa, ferro elétrico e chuveiro elétrico, o qual abrange mais de 45% do gasto (PROCEL) os valores chegam a mais de R\$ 130,00 ao mês para o consumidor, com uma equivalência de 10,8% do salário mínimo, em uma casa com 4 pessoas.

Assim, segundo pesquisadores da área de energia, há uma grande polaridade entre a argumentação dos programas governamentais anteriores a década de 80 sobre valores e antes da privatização, em que o governo poderia manter valores mais baixos para o consumidor por deter desde a produção à distribuição da energia (EL HAGE, 2011). Os preceitos para comparar investimentos e valores dados ao setor no Brasil, vai ser debatido no próximo capítulo.

Portanto, os valores aqui comparados entre salário mínimo e gastos mínimos com energia, levam a vista de que a depender da região, o brasileiro paga mais por seu uso cotidiano, com bens básicos de vivência do século XXI. Os valores quando sobrepostos apenas um sobre o outro, são de margem média, onde, o valor constatado de R\$ 130,00 mês pode pesar quando acrescentado a outros gastos básicos de uma casa com as mesmas quatro pessoas.

4.1. A instauração do Projeto Nacional de Desestatização (PND) em 1990 e o Luz para Todos do governo Lula em 2003

O investimento no setor elétrico, segmenta-se a correlação da década de 80 e 90 quando se começa a instauração do projeto neoliberal no Brasil, tendo seus valores em diminuição neste período, o que ocasionou crises de apagão. O Brasil já enfrentou algumas crises de apagão ao longo de sua história. As crises de apagão são caracterizadas por um colapso ou escassez no fornecimento de energia elétrica, resultando em interrupções no fornecimento para os consumidores.

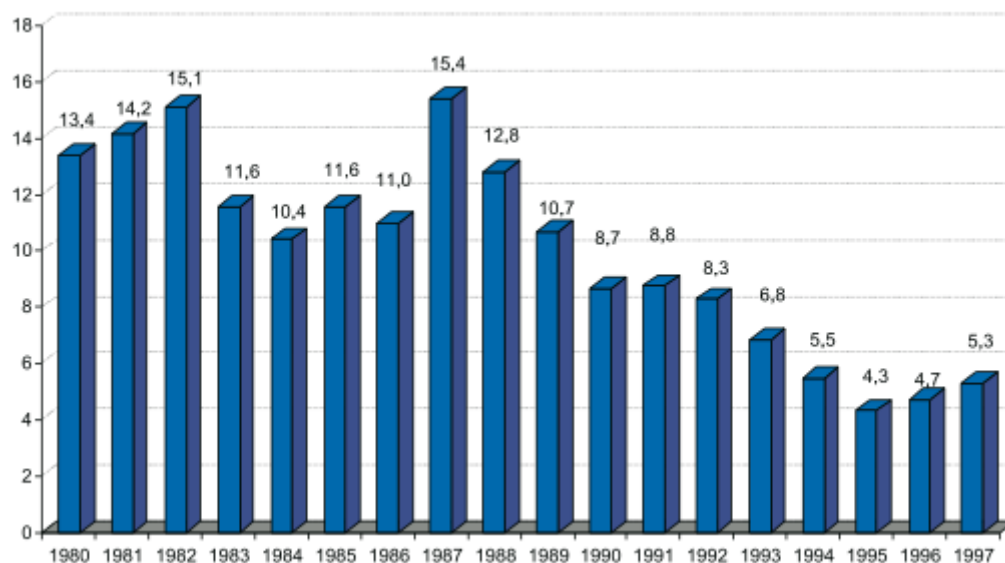
A crise de energia elétrica mais conhecida no Brasil ocorreu entre os anos 2001 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse período ficou conhecido como

"apagão" ou "acionamento de energia" (MACEDO, 2014). Devido a fatores como o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, falta de investimentos na infraestrutura energética e aumento na demanda por eletricidade, o país enfrentou um déficit de energia elétrica e foi necessário adotar medidas de racionamento, como a redução da oferta de energia e a implementação de horários de consumo controlado. Outras crises de apagão também ocorreram em momentos anteriores, como no final da década de 1990 e em 2018, quando algumas regiões do país enfrentaram problemas pontuais de fornecimento de energia elétrica.

É importante ressaltar que o setor elétrico brasileiro passou por transformações e investimentos desde as crises de apagão (MACEDO, 2014), visando melhorar a infraestrutura e garantir a segurança do fornecimento de energia elétrica. O Brasil possui uma matriz energética diversificada, com destaque para a geração hidrelétrica, e busca constantemente o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e aprimoramentos na gestão e planejamento energético para evitar futuras crises de apagão.

Gráfico 2

Investimentos no setor elétrico entre 1980 e 1997



Fonte: Eletrobrás (1998).

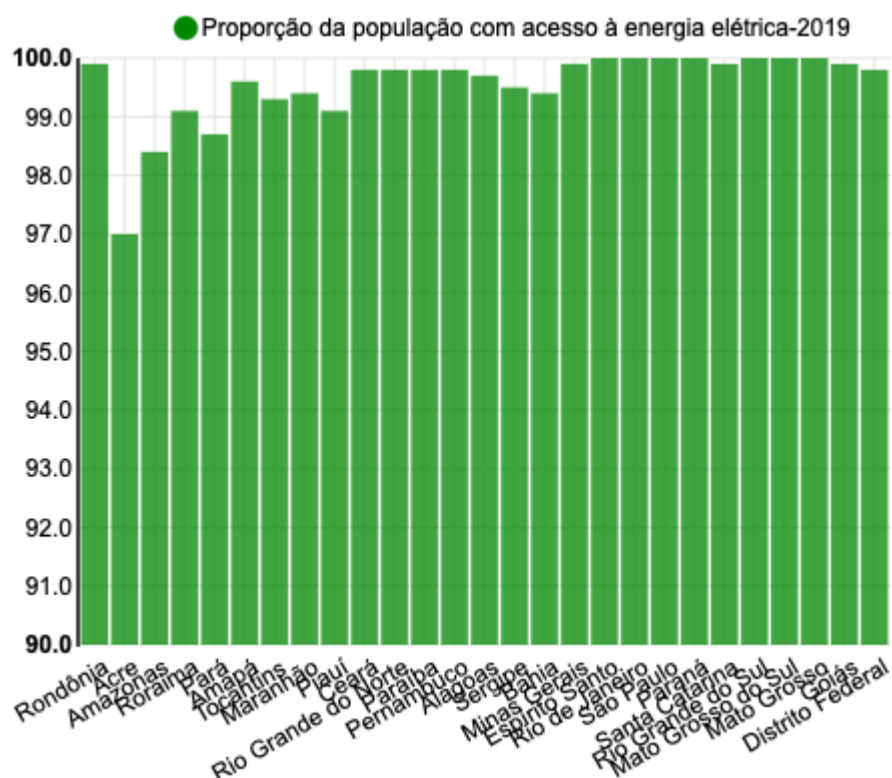
Assim, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve continuidade no processo de privatização no setor elétrico no Brasil, embora com algumas diferenças em relação aos governos anteriores (PAULANI, 2006). Enquanto os governos anteriores buscaram privatizar principalmente empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, o governo Lula concentrou-se principalmente na área de geração de energia. O governo Lula adotou uma abordagem mais cautelosa em relação à privatização do setor elétrico, buscando garantir a segurança energética e evitar aumentos abruptos nas tarifas

de energia elétrica (SCOPINHO, 2002). Em vez de realizar leilões para vender usinas já existentes, o governo optou por estabelecer contratos de concessão para a construção de novas usinas, chamadas de usinas "a fio d'água", que não possuíam grandes reservatórios e, portanto, tinham menor impacto ambiental.

Assim, o governo Lula também buscou fortalecer a atuação das empresas estatais no setor elétrico, como a Eletrobras, para manter um maior controle estatal sobre a geração e transmissão de energia. Nesse sentido, foram implementadas políticas para fortalecer a capacidade de investimento e ampliação do parque gerador estatal, como citado no capítulo 3 deste artigo. No entanto, é importante ressaltar que mesmo com essa abordagem mais cautelosa, o governo Lula não interrompeu o processo de privatização no setor elétrico. Houve a continuidade das concessões de novos empreendimentos para empresas privadas, especialmente em relação à geração de energia. Além disso, a privatização de algumas empresas do setor elétrico em outros segmentos, como a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), que também atuava na área de energia por meio da subsidiária Vale Energia, e foi privatizada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas ainda teve impactos no setor elétrico.

Gráfico 3

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade



Fonte: GOV (2021)

O acesso da população brasileira à energia elétrica melhorou significativamente ao longo dos anos, com a privatização e grandes investimentos privados, mas ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir o acesso universal e equitativo. De acordo com dados do Governo Federal e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a taxa de acesso à eletricidade no Brasil é alta. Em 2021, cerca de 99,7% da população brasileira tinha acesso à energia elétrica. No entanto, é importante destacar que existem diferenças regionais e socioeconômicas significativas no acesso à energia elétrica no país, contando com mais de 150 mil quilômetros de cabeamento para a distribuição desta energia (ANEEL, 2022). Algumas regiões, principalmente áreas rurais e comunidades mais isoladas, ainda enfrentam desafios para obter acesso adequado à eletricidade. Essas áreas podem requerer investimentos adicionais em infraestrutura e programas específicos, como o programa "Luz para Todos", mencionado anteriormente, para garantir o acesso universal à energia elétrica.

Além disso, é importante considerar a qualidade do acesso à energia elétrica. Em algumas áreas, mesmo com acesso, pode haver problemas de fornecimento instável, interrupções frequentes ou dificuldades para pagar as contas de energia. O governo brasileiro tem buscado medidas para melhorar ainda mais o acesso à energia elétrica, com

investimentos em infraestrutura, ampliação da rede elétrica, promoção de energias renováveis e programas de inclusão social.

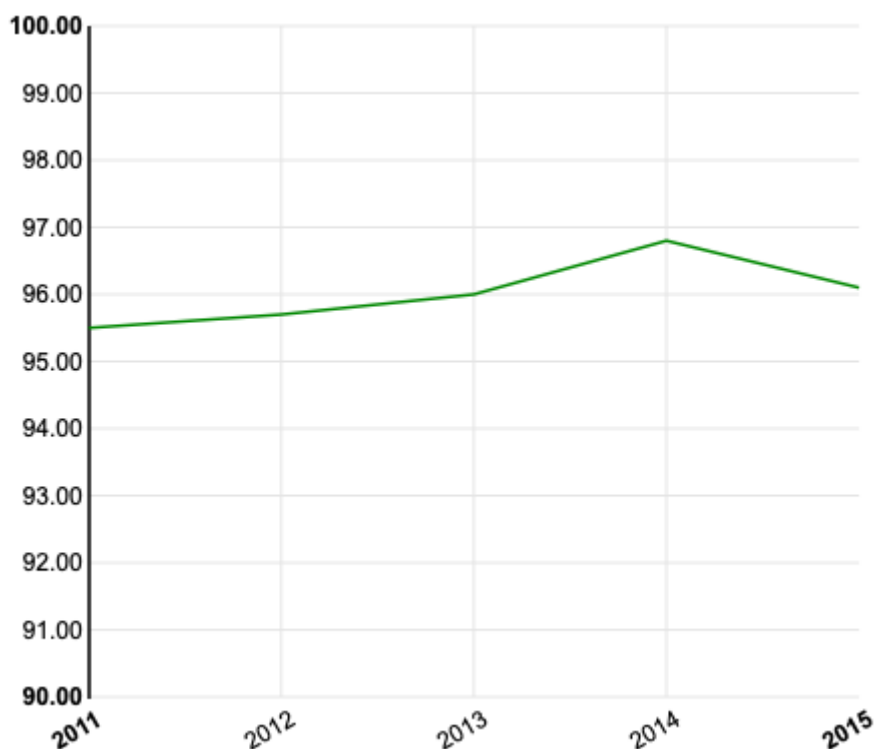
A garantia de acesso universal e equitativo à energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, bem como para melhorar as condições de vida das pessoas em todas as regiões.

Como forma de análise, precariza-se nos gráficos a região norte do país, onde o acesso, ainda que constitucionalmente seja por um meio interligado para garantia de todos, não é realizado. Assim, há a precarização do acesso, demonstrando quase uma totalidade de outras regiões do Estado acima de 90%, enquanto a mesma, segue abaixo da média.

Assim, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, preza-se pela distribuição não apenas de energia, mas uma energia limpa e de boa qualidade quando se chega às populações, o que não é uma realidade hoje no Brasil segundo dados apresentados no próprio site do Governo Federal perante os ODS.

Gráfico 4

Proporção da População com dependência primária em combustíveis e tecnologia limpa



Fonte: IBGE.

Um dos ODS cruciais é o ODS 7, que tem como meta "Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos" (ONU). A importância desse objetivo está diretamente relacionada ao consumo de energia limpa. O uso de fontes de

energia renovável e a redução da dependência de combustíveis fósseis são fundamentais para combater as mudanças climáticas, preservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento econômico sustentável.

O consumo de energia limpa é essencial para mitigar os efeitos negativos da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo (34,4%), carvão (5,6%) e gás natural (13,3%), que contribuem significativamente para o aquecimento global e a poluição do ar e ainda representam 53,3% no Brasil. A energia limpa, por outro lado, é proveniente de fontes renováveis e de baixa emissão de carbono, como a solar, eólica, hidroelétrica, geotérmica e biomassa, totalizando 48,4% total da energia consumida no Brasil, advinda de fontes renováveis e limpas, maior que a média mundial de apenas 15% (EPE, 2021).

Há diversos benefícios associados ao consumo de energia limpa. Em primeiro lugar, reduz as emissões de gases de efeito estufa, ajudando a frear as mudanças climáticas. Isso é crucial, uma vez que o aumento da temperatura média do planeta está acelerando o derretimento das calotas polares, causando o aumento do nível do mar e intensificando eventos climáticos extremos, como tempestades e secas.

Além disso, a energia limpa é uma fonte inesgotável e sustentável, ao contrário dos combustíveis fósseis, que são finitos e causam danos irreversíveis ao meio ambiente (SANTANA, 2020). O investimento em tecnologias e infraestruturas voltadas para as energias renováveis também impulsiona o desenvolvimento econômico, a geração de empregos verdes e a inovação tecnológica.

Outro aspecto importante é a promoção da inclusão social e da equidade. O acesso à energia limpa possibilita o desenvolvimento de comunidades rurais e áreas remotas, onde o acesso à eletricidade é limitado ou inexistente.

CONCLUSÃO

A ordem neoliberal pode ser vista como o resultado da ampla adoção de políticas neoliberais e a aceitação de suas premissas fundamentais pela maioria dos atores políticos e econômicos. Isso inclui a crença na eficiência dos mercados, a valorização da liberdade individual e a redução do papel do Estado na economia, assim, o neoliberalismo reconhece a importância do Estado na medida em que garante a propriedade privada.

Assim, a busca pelo neoliberalismo e sua instauração dentro do Brasil, vem de muito tempo, para realizar suas manobras econômicas e políticas, tanto nacionais quanto

internacionais, na maneira que se atinge o sistema e se tenta formar bases em um país de considerações subdesenvolvidas. O pesar do social também faz parte do neoliberalismo, o qual não nega sua necessidade, mas sim, sua gradual descontinuação para redução de gastos estatais. O caso do Brasil e a influência americana do consenso de Washington e dos Chicago Boys resiste até os dias atuais.

Por fim, vale ressaltar que o Brasil é um país que busca dentro de suas forças atingir todas as metas estabelecidas até 2030. A pesquisa reflete pontos dentro da própria constituição em que o Estado prezou por buscar a realização e o cumprimento destes objetivos. Tradicionalmente, as projeções do governo tratam o setor do petróleo de forma independente do setor de eletricidade, mas essa tradição está sendo rompida pelo fato de que o gás produzido ou importado pela Petrobras é um insumo importante não só para usos residenciais industriais e veiculares (em que combustíveis líquidos são dominantes), mas também para a produção de eletricidade. O sistema regulatório brasileiro, com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tornou-se pouco realista, e, a rigor, as duas agências deveriam ser substituídas por um órgão regulador único da área de energia como um todo. As práticas tarifárias praticadas pelas agências privadas, vem afetando de maneira sutil a casa do brasileiro, de forma que, ao compor de todas as contas básicas, a energia elétrica se torna um valor pesado ao bolso.

A privatização foi um marco importante para a subida da economia brasileira na década de 90, onde os próprios gráficos indicam sua grande alta na porcentagem de tecnologia e o próprio PIB do país. O que assim, ao decorrer dos anos, afetou as questões de políticas públicas e direito a uma energia de qualidade em todo território nacional, como seu alcance real em áreas como norte do Estado e a regulamentação e adequamento com os ODS de 2015; com o setor privado e seu lobby dentro do congresso, barrando emendas constitucionais para garantia de acesso e baixa nos preços operados pelas distribuidoras e fornecedoras do bem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Danilla; SANTOS, Janaina F. dos. Fim de Ciclo dos Governos “pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 13, n. 2, p. 53-80, 2019.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 109-135, 2019.

ARGENTINA. Consejo nacional de coordinacion de politicas sociales. *¿Qué nos dice el informe país ODS Argentina 2018?* 2018. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ods_7_3.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, p. 273-289, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as lições dos clássicos*. São Paulo: Campos, 2000. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A democracia não está morrendo: Foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 51-79, 2021.

BRASIL. *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Brasília, 13 fev. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. Acesso em: 04 maio 2023.

COSTA, Andressa Liegi Vieira. *Corrupção e cultura política em tempos de crise: implicações para a democracia brasileira*. Observatório Político, Working Paper, n. 84, 2018. Disponível em: http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2018/12/WP_84_AC.pdf Acesso em: 27 de abril de 2023.

COSTA, Rogério Santos da. RESISTÊNCIA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL FRENTE AOS MOVIMENTOS DE RUPTURA DEMOCRÁTICA SUL-AMERICANOS. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, p. 883-902, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10569>.

CHOMSKY, Noam. *Quem manda no mundo?* São Paulo: Crítica, 2017.

DAHL, Robert A. *On political equality*. Yale University Press, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FEDRIGO, Natália Sens; GHISI, Enedir; LAMBERTS, Roberto. Usos finais de energia elétrica no setor residencial brasileiro. **Encontro nacional de conforto no ambiente construído**, v. 10, p. 367-376, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Buenos Aires:2006.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FORGERINI, Fernanda Oliveira. Impasses da democracia na América Latina: uma análise discursiva da cobertura de jornais brasileiros de referência sobre os protestos de 2019 no Chile. *Anagrama*, v. 14, n. 1, 2020.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

GIANNELLA, Valéria. *A democracia em disputa*. Salvador: UFBA, 2020.

HARVEY, David. "O neoliberalismo." *História e implicações*. São Paulo: Loyola (2005).

IBGE. *Proporção da População com acesso a energia elétrica*. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6590>. Acesso em: 12 abr. 2023.

JAGUARIBE, Hélio. Atual Problema do Desenvolvimento do Brasil. *Rbcs*, Brasília, v. 21, n. 60, p. 6-13, fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3Kzrh55sGNxLXfRLtFLNLnm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente, 2018.

Kumi, Emmanuel, Albert A. Arhin, and Thomas Yeboah. *Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development–neoliberalism nexus in developing countries*. Environment, development and sustainability. Acesso online. Disponível em: https://idp.springer.com/authorize/casa?redirect_uri=https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-013-9492-7&casa_token=_DVUSTp0VrAAAAAA:ZdRFL3EqKAYX0tJ2WTE6Sk6u

-hHRARgj9ILAoXCGa2SjZUMkbJBFFzFIvxfekQ2V5KIJlIN-6Y45iJovHVk. Acesso em: 07 de jun de 2023.

LAFER, C. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LESHEN, Dotan. *The origins of neoliberalism: modeling the economy from Jesus to Foucault*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2016.

MAIA, José Gilberto Biserra; OLIVEIRA, Raimundo Jovanil Pereira. *Os significados de 2019: retomada neoliberal, eleições e revoltas no continente latino-americano*. João Pessoa: ABCP, 2020.

MACEDO, Humberto Rodrigues et al. Expansão e perspectivas do sistema de transmissão brasileiro após a crise energética de 2001. In: **5ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2014.

MOORE, Gregory J. Research methods for international relations studies: assembling an effective toolkit. In: ISA 48th Annual Convention . Chicago: 2007.

MURILLO, V. Democracia, intereses y estatus en América Latina. *Nueva Sociedad*, v. 282, p. 110-120, 2019.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational relations and world politics: An introduction. *International organization*, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.

PAULANI, L.M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107. ISBN: 978-85-7541-612-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal. *Journal Of Democracy*, [s. l], v. 11, n. 1, p. 1-38, jul. 2022. Disponível em: <https://www.plataformademocratica.org/Arquivos/mai-22/DemocraciaeneoliberalismoUmenc>

ontrofatal.pdf?utm_campaign= jod_junho_2022 & utm_medium= email & utm_source=RD+Station. Acesso em: 02 jul. 2022.

RUGGIE, John Gerard. Nova Iorque: Escola de Direito de Nova Iorque, 2020. Disponível em:

https://www.iilj.org/wp-content/uploads/2016/08/Ruggie-Taking-Embedded-Liberalism-Global-IILJ-WP-2003_2-HTIL.pdf. Acesso em: 05 de jun de 2023.

SANTANA, Julie Catherine Siqueira et al. O uso e produção da energia limpa como método de preservação ambiental sustentável. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 12, p. 99-111, 2020.

SANTOS DA COSTA, Rogério. Resistência Institucional do Mercosul Frente aos Movimentos de Ruptura Democrática Sul-Americanos. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10569>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

SCOPINHO, R. A. (2002). Privatização, reestruturação e mudanças nas condições de trabalho: o caso do setor de energia elétrica. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 5, 19-36. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v5i0p19-36>

SCHEIDT, Eduardo; ARAÚJO, Rafael. Estado, democracia e movimentos sociais na América Latina contemporânea. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 20, n. 28, p. 1-11, 2020.

SIKKINK, Kathryn. Development Ideas in Latin America. In: COOPER, Frederick; PACKARD, Randall (org.). *International development and the social sciences: Essays on the history and politics of knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1997.p. 228-256.

SILVA, Pedro Henrique Gonçalves; COELHO, Milena Santos. Os impactos das crises de representatividade política nos direitos humanos no século XXI. *Revista Inclusiones*, p. 36-49, 2021.

SOARES CAMPOS, R. A funcionalidade dos governos democráticos brasileiros ao ajuste neoliberal. OPSIS, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 1–11, 2020. DOI: 10.5216/o.v20i1.64195. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/64195>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. *History and International Relations*. : The historical problem in International Relations. 1999.

SNYDER, Jack. One world, rival theories. *Foreign policy*, n. 145, 2004.

SVAMPA, Maristella Noemi. *Post Progresismos, polarización y democracia en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2019.

SOARES, Laura TAVARES RIBEIRO. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. 1995. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285687>. Acesso em:

SOUZA, Mariana Jantsch de. *O discurso de ódio na democracia brasileira: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da presidenta Dilma Rousseff*. Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 17, n. 26, p. 749-756, 2018.

YIN, Robert K., ed. *Introducing the world of education: A case study reader*. Sage. 2005.

WASSERMAN, Claudia. OUTUBRO REBELDE: eleições e protestos na América Latina. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 20, n. 28, p. 402-419, 2020.

AGRADECIMENTOS

De forma grata, deixo meus cumprimentos e agradecimentos especiais aos meus pais, Miguel Luiz Coser e Margareth Afonso Coser, que desde criança me inspiraram a sonhar e correr atrás dos meus sonhos, para que assim os fossem realizados; agradeço a todo esforço que fizeram por mim perante meus estudos, os quais, nada nunca me faltou. Agradeço pela força que me deram e sempre me desejam, por me apoiarem em todos os momentos e nunca terem desistido de mim. Sou grato a todo dia de trabalho realizado pelos mesmos, perante toda e qualquer diversidade e sempre estarem fazendo seus esforços máximos para que eu pudesse realizar tudo quanto almejei até o momento.

Agradeço ao meu orientador Frederico Seixas, por me corrigir, ajudar e orientar para que esse projeto fosse possível. Agradeço aos meus professores de primeiro semestre na Universidade do Sul de Santa Catarina, Luciano Dautch, Silvia Back, Ricardo Neumann,

Kátia Macedo e Helena Iracy, os quais me deram total suporte e inspiração para prosseguir com o curso.

Agradeço ao meu companheiro William de Oliveira da Motta, o qual me deu forças e esteve ao meu lado durante o processo de formação e por todo seu apoio aos meus estudos. Assim como, aos meus suportes emocionais e de estudos Maria Fernanda da Costa, Vanessa Manfroi, Isabela Bortoli, Emanuelli Parenti, Manoela Veras, Fernanda Beust, Isabela Bertoldi e Luiza Luchi Gewehr.

Um especial agradecimento também, ao meu grande amigo e irmão, Gustavo Antonio Oliveira da Silva, mais conhecido como Maranhão, por nunca me deixar desistir e sempre acreditar no meu potencial.

Sou grato a todos meus amigos que estiveram ao meu lado desde meus 3 anos de idade e nunca desistiram de mim ou deixaram de me amparar, Anamaria Guanaes Paixão, Aderbal Borges, Eduardo Bizzotto, Laura Faleiro, Laura Rabelo, Milenna Rezende, Mariana Aires Maria Eduarda Gonçalves, Pedro Afonso, Viviana Godoi e a todo grupo "Nunca é só Churrasco".